



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 21 DE JUNHO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Bom dia a todos. Na qualidade de membro desta Comissão, declaro abertos os trabalhos da nona audiência pública do ano de 2013.

Esta reunião tem como pauta o PL 238/2013, de autoria dos Vereadores Ricardo Nunes, Calvo, George Hato e Nelo Rodolfo, que dispõe sobre a licença de funcionamento aos estabelecimentos que funcionam em imóveis com áreas menores de 5 (cinco) mil m², e dá outras providências.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal, no endereço: www.camara.sp.gov.br, link Audiências Públicas, registro escrito.

Foram convidadas a participar desta audiência pública as seguintes autoridades: Exmos. Srs. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico; Leda Maria Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; José Floriano de Azevedo Marques Neto, Secretário Municipal de Habitação; Chico Macena, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras e Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Gostaria de registrar a presença da Sra. Marina Aun, Assessora Técnica da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico; do Sr. Roberto Alves Batista, Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município e demais presentes, comunicarei no decorrer da audiência pública.

Lerei o projeto para que fique gravado.

- É lido o seguinte (PL 238/2013)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Farei uma pequena explanação do porquê deste projeto de lei.

Hoje sou Vereador, mas também empresário e presidi a AE Sul – Associação Empresarial da zona Sul. Temos diversos problemas relacionados a essa questão da falta de licença de funcionamento na Cidade, que já foi motivo de vários pronunciamentos, por parte deste Vereador, na Tribuna da Câmara Municipal. Também por conta da minha atuação na Comissão de Finanças, fizemos algumas solicitações de informação ao Executivo para entender como é que está a Cidade nessa questão das licenças de funcionamento.

Detectamos que estamos numa Cidade verdadeiramente ilegal. As pessoas não conseguem tirar suas licenças, por conta do excesso de exigências, que tem causado para a cidade de São Paulo uma série de dissabores como, por exemplo, algumas visitas não muito boas de fiscalização. Graças a Deus não de muitos, mas de uma pequena minoria da fiscalização, vendendo facilidades em decorrência de terem criado tantas dificuldades.

O objetivo desse projeto de lei é que iniciemos um trabalho para fazer da cidade de São Paulo a cidade real, não a cidade que a gente gostaria que fosse a ideal. Temos de ir passo a passo.

Segundo documentos oficiais que solicitei à Prefeitura, temos um total de 2.412.256, até o dia 9.5.2013, de CCM, que é o Cadastro de Contribuinte Mobiliário. Eu gostaria de repetir: 2.412.256 CCMs, na cidade de São Paulo.

Por outro lado, conforme informado em documento oficial da Secretaria das Subprefeituras, temos o número de 65.230, de licença de funcionamento cadastradas na Prodam, até o dia 26.4.2013.

Apenas para refletirmos, 2.412.256 CCMs, para 65.230 licenças de funcionamento. Creio que está mais do que claro de que é preciso fazer algo. A situação não está boa, deveria, no mínimo, ter um equilíbrio com relação ao número de CCM, com o das licenças de funcionamento.

Acontece que quando você abre um negócio, um comércio, uma empresa, tira o CNPJ e depois vai à Prefeitura tirar o CCM para ter o talão de emissão de nota fiscal, para pagar o ISS e os outros impostos.

Para isso, a Prefeitura não pede quase nada, faz o cadastro de CCM sem pedir a licença de funcionamento. Daí temos uma Cidade totalmente ilegal como se tem aqui.

Por outro lado, quem deseja tirar a sua licença de funcionamento e está de acordo com a legislação, passa a ter um grande sofrimento porque não consegue. A legislação hoje exige, para tirar a licença de funcionamento, o Habite-se, o Auto de Conclusão, ou o Auto de Autorização do prédio. Fiz algumas pesquisas.

Inclusive, dias atrás, estive na Câmara Municipal nos visitando o Prefeito de São Caetano, Sr. Paulo Nunes Pinheiro, que nos informou como é a licença de funcionamento na sua cidade. Perguntei a S.Exa. se lá exige-se o Habite-se, Auto de Conclusão de Obra para se obter a licença de funcionamento, que respondeu que não. Em Itapeverica da Serra, em Taboão da Serra, em Embu-Guaçu e em várias outras cidades, a mesma coisa.

Estou falando isso porque esse projeto não é uma invenção, apenas procura adequar uma realidade da Cidade, o que acontece também em várias outras cidades do Estado de São Paulo.

Acho que, se tivermos êxito na aprovação do projeto, vamos conseguir trazer um pouco a situação à realidade e vamos conseguir fazer com que a corrupção diminua muito. Até separei algumas informações que a Adriana, jornalista que trabalha comigo, me forneceu, sem falar das matérias de jornais como a *Folha de S.Paulo* e o *Estadão*, de veículos de comunicação como a Rede Globo e do *site* da Prefeitura de São Paulo.

Eis algumas das manchetes:

“Investigação da CGM leva à prisão em flagrante de mais um servidor”.

“Haddad incentiva a população a denunciar irregularidades na Controladoria”.

“Mais um servidor é preso em flagrante por receber propina”.

“Donos de boates denunciam pedidos de propina para expedição de alvarás”.

E por aí vai.

Todo mundo sabe o que acontece nesta cidade e é responsabilidade de nós Vereadores e de toda a sociedade não fechar os olhos para esse grave problema e buscar uma solução.

Evidentemente o projeto de lei pode sofrer algumas adequações, mas já passou por todas as Comissões desta Casa e já foi aprovado em primeira votação. Agora ele depende de duas audiências públicas – essa é a primeira e a segunda ocorrerá na próxima quarta-feira. Assim ele estará pronto para ser aprovado em segunda votação e, posteriormente, sofrer a sanção do Sr. Prefeito, o que esperamos que venha a acontecer.

Eram essas as observações que queria fazer.

Agradeço ao Sr. Leonardo Ugolini, meu amigo da Associação Comercial Subseção de Santo Amaro a presença. Agradeço também ao Ronaldo, da AE Sul – Associação Empresarial da Região Sul, e ao Mário Knoller Júnior, seu Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Mário Knoller Júnior.

O SR. MÁRIO KNOLLER JÚNIOR – Bom dia. É um prazer estar aqui representando a Associação Empresarial da Região Sul. Hoje, como muitos sabem, contamos com mais ou menos 500 associados. Esse problema de alvará de funcionamento na região já se estende há mais de 20 anos.

Se não mais, 80% da região está irregular. Na ilegalidade, a pessoa fica à mercê de pessoas que não são honestas. Essa desvinculação, então, vai fazer com que as pessoas entrem na legalidade, porque nenhum empresário quer ficar na ilegalidade. Só que existem legislações que realmente são impossíveis de serem cumpridas. Tanto assim o é que, na nossa região, mais de 80% das pessoas estão irregulares.

A desvinculação proposta na lei do alvará vai fazer com que o empresário se regularize, entre na legalidade e possa prover o seu negócio tranquilamente, sem ficar sempre

de sobressalto, esperando que alguém chegue lá, por estar com algum problema, por não haver alvará nem habite-se. Isso vai fazer com que a Prefeitura ganhe e principalmente o empresariado possa cumprir a sua tarefa de forma regular.

Sabemos que o senhor foi Presidente da AES(?) Sul(?). A sua gestão foi renovadora. Sabemos que a AES(?) Sul(?) vai estar apoiando e chamando esses empresários. Muitos têm medo e falam: “Não, nós vamos mexer. Vão trazer problemas para nós”. Não, nós estamos chamando esses empresários, para que venham conosco nessa luta e para que essa lei seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Seria de bom proveito citarmos algumas experiências para V.Exas. nesses cinco meses de vereança aqui. Num determinado dia, o Sr. Prefeito Fernando Haddad foi conosco fazer uma visita num bairro da periferia de São Paulo. Após a visita, durante a manhã, S.Exa. ia almoçar com algumas lideranças da região. Aí falamos: “Bom, vamos arrumar um restaurante para o Sr. Prefeito almoçar com as lideranças. Vamos levar o Sr. Prefeito num restaurante que tenha licença de funcionamento”. Pasmem, naquela região toda, só havia o Hotel Transamérica com licença de funcionamento. Falamos: “Poxa, vamos trazer o Sr. Prefeito da periferia, do Cocaia, para almoçar lá não é de bom todos os membros. Vamos escolher outro local. Não havia um restaurante, na região, que tivesse licença de funcionamento. Acabamos tendo de levar o Sr. Prefeito Fernando Haddad para almoçar num restaurante sem que houvesse licença de funcionamento.

Como nós fazemos, se saímos da Câmara para a direita, para a esquerda, para qualquer lugar, de certo, V.Exas. estarão em algum local que não haja licença de funcionamento. Quando criamos essa dificuldade toda, as pessoas trabalham sem nenhuma documentação. Esse projeto fala o seguinte: “Eu dou condições para você se regularizar, mas você tem de ter, pelo menos, o laudo de habitabilidade”. Irá um engenheiro responsável, com CREA e dirá: “Esse edifício tem condições. Ele não vai cair”. O Corpo de Bombeiros, com aqueles imóveis que devem atender à legislação do Corpo de Bombeiros, vai dar o laudo. Hoje

ocorre que não há documento nenhum, nem do Corpo de Bombeiros, nem de engenheiro. Está totalmente na ilegalidade. Isso é importante todos saberem. Estamos procurando aqui, em detrimento de alguns comentários que ouvi de alguns colegas da Câmara, facilitar a vida do empresário e do comerciante. Eu faço sim defesa do empresário e do comerciante, com bastante legitimidade; mas o objetivo principal não é esse. O objetivo principal é fazer com que as coisas tornem-se melhores e mais seguras e que tenhamos uma realidade, na Cidade, dentro desse assunto.

Tem a palavra o Sr. Leonardo Golini, diretor superintendente da Associação Comercial de São Paulo.

O SR. LEONARDO GOLINI – Sr. Presidente, maravilha. Parabéns por tudo o que V.Exa. está fazendo. Parece incrível, mas os jovens realmente estão começando a tomar conta do que é a realidade. Vou falar poucas palavras, porque o Sr. Presidente já falou tudo o que teria a ser falador. Só acrescento dizendo que 90% dos imóveis que estão hoje com comércio e indústria estão alugados. Portanto, a responsabilidade do imóvel é muito pequena para o locatário. Quando implantamos um comércio, uma pequena indústria ou alguma coisa nesse sentido, alugamos uma casa e solicitamos uma série de documentos para o imóvel funcionar. Esses documentos são obtidos. Inclusive, há agora um movimento no Estado, para reduzir para 14 dias a obtenção de todos os documentos necessários para se abrir uma firma. Abrir uma firma, mas não conseguir alvará de funcionamento.

Só para dar uma ideia para V.Exas., na minha região de Santo Amaro, a subprefeitura não tem alvará de funcionamento. É um pequeno detalhe. A Associação Comercial também não tem. O Ciesp, do qual sou diretor também, não tem alvará de funcionamento. Então, não sei quem pode ter alvará de funcionamento. Sinceramente não há condições. Como eu disse, a maioria são imóveis alugados. Portanto, a responsabilidade da qualidade do imóvel, do habite-se e tudo mais passa a ser do proprietário. Nada contra que seja feita uma verificação pela Prefeitura, de como está a situação do imóvel, e que sejam

inclusive tomadas as medidas de multa contra o proprietário do imóvel e não contra quem está trabalhando e criando empregos, para melhorar a situação da Cidade.

Sr. Presidente, esse é um trabalho maravilhoso. Espero que V.Exa. tenha sucesso realmente, porque o nosso apoio V.Exa. tem, irrestrito em tudo o que fizer daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado. Já que falaram de estacionamento, foi contar uma historinha para V.Exas. Temos, na Casa, a CPI dos estacionamentos. Inclusive, às 11h, haverá uma diligência. Esta CPI é presidida pelo Vereador Reis. Eu sou membro da comissão. Falamos: “Vamos fazer as vistorias *in loco*, mas vamos começar por uma rua onde não há problemas. Vamos pegar a rua da Prefeitura, onde estão várias Secretarias, perto da Subprefeitura da Sé. Depois vamos aprimorando e fazendo outras vistorias. Vamos começar por um lugar que, possivelmente, não haja muitos problemas. Mesmo assim, vistoriamos nove estacionamentos. Em cinco, não havia licença de funcionamento. Qual é o resultado? Todos foram notificados e possivelmente serão fechados.

Em janeiro ou fevereiro... As redes sociais é algo fantástico. Recebi várias reclamações, de que havia uma agência do Banco Itaú, da Rua Américo Brasiliense, 1581, de que não tinha estacionamento para deficiente físico. Falei: “Puxa, vida, se for ver cada ponto disso, estou perdido”.

Mas essa pessoa foi tão insistente! Ele começou a me mandar mensagem como se tivesse pactuando com aquele erro, sugerindo que eu tivesse algum envolvimento. Então, eu falei: “Vou lá”.

Liguei para a Subprefeitura e pedi um agente me acompanhando. Fomos à agência do Itaú para vermos a vaga do deficiente físico.

Chegamos lá e constatamos que a agência não tinha licença de funcionamento e o resultado é que essa agência foi lacrada.

Fiquei com peso na consciência porque não fui lá para lacrar a agência, porque a realidade da Cidade é essa que eu falei para vocês: quase ninguém tem licença de

funcionamento. Mas a partir do momento em que estive lá, não posso fazer com que o procedimento trave.

Então, realmente, acho que é só para colaborar com vocês, do caos que está na Cidade, com relação a todos esses assuntos.

Queria perguntar se o Sr. Roberto Alves Batista quer fazer alguma colocação?
(Pausa) Não. Sra. Marina. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Até tive a oportunidade de conversar com o Sr Secretário porque, antigamente, não se emitia o CCM sem a licença. Aí, foi desvinculado. Nunca foi vinculado?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Edgar, Engenheiro da Prefeitura, Coordenador de CPDU, tem um grande conhecimento sobre legislação.

O SR. EDGAR – Edgar, da Subprefeitura Capela do Socorro, Coordenador de Obras.

Só para complementar a informação. Você consegue tirar o CCM sem nenhum impedimento. Agora, a licença de funcionamento você não tira se tiver o CCM.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Laerte Brasil Santos de Oliveira, Presidente da São Paulo Sustentabilidade, que é a Federação de Sustentabilidade das Políticas Públicas dos Municípios e Empreendedores da Cidade de São Paulo. É uma base institucional da Central Global do Trabalho e Empreendedorismo do Planeta Sustentabilidade Vida. É uma Central internacional que está sendo constituída em 165 países.

Parabenizo a presença de todos e o nobre Vereador Ricardo Nunes, pelo projeto que vai institucionalizar esse projeto e que vai lançar a Cidade para o desenvolvimento.

A cidade de São Paulo é global e os municípios vêm ao Estado, mas não têm as

suas reivindicações atendidas.

Do Governo Serra ao Kassab, foi implantada uma máfia de extorsão nos lavarás e nos Habite-se. Essa máfia envolveu 12 bilhões desviados pelo Sr. Kassab. Desse total, cerca de 850 milhões foram de extorsão através desses alvarás. Nesse sentido, vou ao Ministério Público.

Antes de acontecer o incêndio na boate, em Santa Maria, estive lá em um evento e investiguei várias irregularidades. Entrei com uma ação no Ministério Público. Aquela boate funcionava através de propina, tanto o Corpo de Bombeiros, quanto a Prefeitura.

Depois de dois anos, ocorreu o incêndio.

Em Nova Iorque, por exemplo, lá se abre uma empresa em três horas. Por que em São Paulo não acontece isso?

Parabenizo por esse projeto e vou defendê-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sr. Laerte.

Tem a palavra o Sr. Edvan Bezerra da Silva, Presidente da AESul.

O SR. EDVAN BEZERRA DA SILVA – Bom dia a todos.

Parabéns, Ricardo, pelo projeto. Ele atinge toda a Cidade.

Saliento que andamos pesquisando e ouvimos dos cidadãos que o problema do alvará não está só vinculado ao Habite-se.

Então, queria deixar bem claro que mesmo que resolva uma grande parcela dos problemas com alvarás com essa lei, começamos um trabalho que tem de continuar.

O segmento do trabalho que você está começando agora, o alvará, realmente, resolve o grande problema. Mas tem um outro problema que é a ocupação de solo. A esse problema temos de dar muita atenção.

Temos de nos unir e temos de dar atenção para uma coisa muito importante que está por vir, que é o Plano Diretor. Então, a se a gente não conseguir, com pressão,

regulamentar alguma coisa através do Plano Diretor, não vamos conseguir durante muito tempo.

A iniciativa do Ricardo uma boa parte, que desvincula o Alvará do Habite-se, consegue resolver o problema em boa parte. Então, temos de dar os parabéns e lembrar que este é um começo. Estamos estudando porque o conhecimento técnico vem de dentro da Subprefeitura.

Estive ontem, pela manhã, com o Edgar e falamos sobre isso. Tenho falado com o Cabral, um professor de todo mundo. E essa lei do Ricardo resolverá o problema de boa parte das pessoas.

Eu tenho participado em audiências do Ricardo porque o Ricardo manda convite para isso, mas toda a audiência que houver, mesmo de outro Vereador, que fale de problemas dos empresários da zona Sul estarei presente para defender a nossa turma.

Parabéns, obrigado a todos e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes - PMDB) – Obrigado. Há muitos projetos importantes de outros Vereadores. Tenho certeza de que você despenderá do seu tempo para participar.

O Prefeito Fernando Haddad deu um grande passo quando enviou para a Câmara – e nós já votamos – a simplificação do Código de Obras no que tange a planta de massa. Inclusive a Bancada do PMDB fez várias emendas ao projeto e ele ficou bem interessante. O projeto chegou a Casa para imóveis residenciais com até 500 m² e saiu daqui votado e aprovado com até 1.500 m² e também atendendo o comércio.

Deus está nos ajudando e estamos conseguindo fazer um bom trabalho na Casa.

Com relação à ocupação é uma questão de zoneamento. O Plano Diretor chega a agosto, vamos ter de trabalhar, tem muita coisa complicada. Às vezes, tem restaurante que só trabalha no almoço. Na Chácara Santo Antônio, por exemplo, são 400 restaurantes familiares que só abrem no almoço e estão em via local e o Plano Diretor não permite que eles estejam

em via local, só em coletora. Isso não tem lógica, mas é um leão por dia. Se Deus quiser, vamos terminar o mandato com alguma contribuição para a Cidade.

Tem a palavra o Sr. Diogo Soares, professor da Unisa e FGV. O Diogo estava presente nas manifestações.

O SR. DIOGO SOARES – Bom dia.

Eu acho o grito que está lá fora é pela mudança e acredito que o PL 238 traz um pouco disso. O empresariado vem sofrendo, falo em nome do movimento pelo desenvolvimento e melhoria da região Sul, como também pela Associação Comercial e profissional da área de contabilidade.

Além de professor sou contador e convivo com o problema dos Alvarás de Funcionamento diariamente. O PL vem para corrigir um problema com o qual convivemos há muitos anos. Hoje, em São Paulo, 90% das empresas não têm condição de obter a Licença de Funcionamento, o que é um absurdo, porque você faz a inscrição no CCM, começa a recolher os impostos, começa a contribuir sem poder estar com as portas abertas. Percebam a incoerência. E não adianta dizer que falta estudar a lei. Está errado. Não é possível dizer que 90% da cidade de São Paulo, em termos comerciais, estejam errados em detrimento de uma legislação. É a legislação que está errada.

Vem sendo exigida uma burocracia enorme. Fizemos estudos na FGV. E, agora, teve a virada empreendedora, uma série de eventos que estão acontecendo e estão estudando o empreendedorismo na cidade de São Paulo e o quanto ele tem sido desmotivado ao longo do tempo.

As pessoas acabam perdendo a oportunidade de trazer novos negócios e gerar riquezas para nossa cidade exatamente por causa da burocracia. Chegamos a ter, às vezes, 40 dias para constituir uma empresa. É um absurdo.

Hoje, em várias partes do País, temos empresas constituídas em dez ou 15 dias.

Nosso Governador anunciou um projeto piloto do Via Rápido em São Paulo que

abrevia esse período. Mas ainda temos de enfrentar licenças da Cetesb, entre outras.

Então essa discussão não tem de parar aqui. Ela tem de continuar com a sociedade, não só alterando a parte do licenciamento no mesmo município, mas também trazendo para a discussão o Governo do Estado.

E, pegando o gancho, das palavras do Edvan, o Plano Diretor é fundamental. Tem oficinas acontecendo. É importante que a comunidade e todos os empresários voltem sua atenção e pressionem, participem e colaborem, pois temos de mudar o zoneamento.

É um absurdo esse dado que você acabou de dar da Chácara Santo Antonio, que é vizinho ao meu escritório, onde trabalho, ou seja, que pessoas fiquem cerceadas do direito da formalidade de terem seus restaurantes, empresas que estão lá há 30 ou 40 anos, sem o alvará de funcionamento e submetidas, muitas vezes, até à corrupção, o que acaba dando espaço para uma série de outras alternativas que não são legais. Isso acaba prejudicando o desenvolvimento da nossa cidade.

Então é importante isso. Receba meu elogio. Espero que os nobres Vereadores que forem contra, que possam dar uma estudada no projeto. Eu vi os pareceres das comissões, espero que os Vereadores Andrea Matarazzo, Sandra Tadeu, voltem e revejam sua posição contrária, pois precisamos analisar melhor.

Isso não é uma questão do Vereador Ricardo Young, mas da cidade de São Paulo. Por isso, elogio, agradeço e continuo dando essa força para reconstruir uma política pública voltada para o desenvolvimento, que traga riqueza e que fortaleça os nossos negócios.

Bom dia. Parabéns pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Só para esclarecer que o professor Diogo comentou, o projeto só passou em todas as comissões e na Comissão de Política Urbana teve voto contrário do Vereador Andrea Matarazzo. Em outra comissão também teve voto contrário da Vereadora Sandra Tadeu. Mas, porque Andrea? V.Exa. conhece a cidade tão bem. Foi Secretário. Foi tudo nessa Prefeitura. “Ah, porque cinco mil metros é muito”. “Ah, então é muito,

V.Exa. vota contra”.

Agora, a Sandra Tadeu não se sabe porquê. É isso.

Gostaria de registrar o recebimento de um documento da OAB que nos enviou o Presidente da OAB Santo Amaro, parabenizando o projeto.

Quero também registrar o documento do Rogério Pinto Coelho Amato, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, igualmente parabenizando o projeto, fora vários e-mails.

Tenho recebido também bastante paulada sobre esse movimento, pois eles envolveram os políticos no mesmo balaio. Por outro lado, alguns nos elogiam os projetos.

Ontem, eles vieram na Câmara Municipal. Fiquei eu e o José Américo. Eles chingando a gente, chingando. Falei “Puxa vida, eram dez horas da noite, eu aqui trabalhando e eles põem tudo no mesmo balaio e deixa a gente triste”.

Mas assim como há manifestantes que estão batalhando por algo tão bonito, tão legítimo, tão democrático, também há baderneiros, não quer dizer que todos os políticos são bandidos. Ficamos tristes de generalizar as coisas.

Próximo inscrito é o Sr. Carlos Nascimento, Diretor Acadêmico da Escola do Parlamento.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os senhores demais autores do projeto, pois ele toca em dois assuntos fundamentais: um deles é a questão da regularização das empresas e o outro é tentar coibir a corrupção na nossa cidade.

Sou Diretor Acadêmico da Escola do Parlamento, aqui da Casa, representando a sociedade civil, mas a minha atividade empresarial é ligada aos licenciamentos.

Então os comentários que vou fazer têm o objetivo de fornecer algumas considerações até para fazer com que esse projeto, se aprovado, seja de verdade, que tenha efeito na sociedade, diferente de outros projetos aprovados – como o da licença eletrônica e do

alvará condicionado – que, na prática, não conseguem ser implementados.

Inclusive, o número que o senhor trouxe de 65 mil licenças de funcionamento definitivas, acho emblemático, pois ao pegar o número de alvarás condicionados que foram aprovados na prática verificamos que é muito reduzido. E um dos problemas disso está no habite-se.

A primeira pergunta que gostaria de lhe fazer é a seguinte: por exemplo, esse projeto vai entrar automaticamente e, se aprovado, tem um primeiro conflito com a lei do alvará condicionado que está em vigor. A lei do alvará condicionado dá uma anistia temporária com relação ao habite-se. Como isso vai ser na prática?

Pelo alvará condicionado, depois, você tem dois anos para entrar com o processo de regularização; se você mostrar que isso está regularizado, depois você tem mais dois anos.

Mas, de certa forma, já é dada uma anistia temporária na questão do habite-se. Então, como ficaria isso se aprovado? Vai revogar o alvará condicionado, afinal, acabará englobando.

Outra questão é: o Código de Obras é complexo, é denso, mas é considerado um bom Código de Obras. A ideia de simplificá-lo é para torná-lo menos burocrático, quer dizer, é um bom Código de Obras e que objetiva dar segurança à população.

Não sei se esse projeto ainda está passível de emendas, mas acho que, a partir do momento – cuja lógica também é do alvará condicionado – que substitui-se o habite-se pelo laudo de habitabilidade assinado por um engenheiro ou arquiteto registrado no CREA.

Um dos perigos disso é que muitos engenheiros assinam sem ir ao imóvel. Isso acontece demais. Fica uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas o engenheiro da Prefeitura vai?

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Então é um problema a mais. Ele não vai.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ele vai para cortar a árvore. É obrigatório.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Mas não vai para fazer a vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Não vai.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Exatamente. Esse é um dos grandes problemas e, por exemplo, deveríamos colocar uma cláusula de responsabilização. Meu medo, e acho que é o medo da maioria da população, é a empresa estar legalizada, mas se o imóvel – como o representante da Associação Comercial falou – não estiver devidamente habitável, vamos supor que caia um teto e mate alguém? Quem é o responsável?

Isso é um problema que pode acontecer. Como pode também pegar fogo. Tem a questão do AVCB. Então, de alguma forma, tem de ter a responsabilização para que depois não fique algo vazio.

Depois, tenho outra sugestão para V.Exa., como Vereador, e também para a Bancada, e para os demais colegas: vamos supor que está livre o habite-se. Daí vai ser solicitada a licença de funcionamento, e tem, naturalmente, outros problemas como o zoneamento, largura da via – também para se obter a licença de funcionamento, mesmo com o prédio isento do habite-se. Daí para a frente há todos os problemas que também são passíveis de visitas indesejáveis.

Volto a fazer uma sugestão, objeto até de outro projeto de lei, ou de emenda. Qual é o problema para gerar essa situação? É que não há prazo para apreciação, não há uma meta, um tempo para que os projetos sejam apreciados e deliberados.

Então, hoje, se você entra com o pedido de licença de funcionamento, vai ser normal demorar dois, três ou quatro anos para ser apreciado.

Isso dá margem para essas conversas paralelas. Mas, se tem uma meta e o alvará condicionado colocou a meta de que teria sido emitido em 60 dias a partir do pedido, isso nunca foi cumprido.

Isso também faz o papel de fiscalização do Legislativo e do Executivo. A partir do momento que forem colocadas metas de prazo para apreciação, vai ser escancarado o problema da falta de engenheiros. Ao se colocar metas, esse problema será reduzido, não só

para o empresariado, mas para a população como um todo.

Esses comentários são, na verdade, para reforçar esses pontos no sentido de fazer o projeto acontecer e, assim, regularizarmos as empresas na cidade de São Paulo.

Aproveito para me colocar à disposição, inclusive, para ajudar a construir tecnicamente em conjunto com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Bacana. Super importante sua colocação. Lógico, o projeto teve seu início e vamos conversando com você.

Já temos até uma proposta de elaboração de um substitutivo. Deve aliás entrar em votação já com o substitutivo.

Por exemplo, da Lei 15.499, que é do alvará condicionado, nós votamos, até por iniciativa minha em acordo com o colégio de Líderes, sou Líder da minha Bancada, no sentido de estender até 31 de março de 2014 o prazo para você aderir ao alvará condicionado.

O problema do alvará condicionado, para quem não sabe, é que você tem um alvará provisório de dois anos, renovável por mais dois, mas existe uma insegurança muito grande de quem faz isso, pois não se sabe se quando ele terminar, ele se autodenunciou ou se vai ter uma anistia. Por isso, ninguém está aderindo. A adesão é muito pequena.

O que estamos discutindo aqui na Casa com relação a melhorar o projeto? Temos sua contribuição e as demais contribuições. De que passaríamos para, ao invés de serem imóveis de até 5 mil metros, até 1,5 mil metros. Hoje o alvará condicionado é até 1,5 mil metros.

Então reduziríamos esse definitivo até 1,5 mil metros. E o condicionado, no mesmo projeto, passaria de 1,5 mil metros até 5 mil metros quadrados.

Dessa forma, contemplaríamos nesse mesmo projeto, o definitivo até 1,5 mil metros e o condicionado passaria de 1,5 mil metros até 5 mil metros quadrados.

Essa é a leitura que atende os mais conservadores da Casa.

Devo dizer que não havia pensado nessa questão de estipular o prazo. Não sei te

dizer agora se teríamos como colocar dentro da emenda isso. Mas também está previsto na emenda que esse alvará seria concedido para os locais que estejam, evidentemente, - se não seria contra a lei – dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

É um problema grave a questão do uso e da ocupação por vários problemas que eu já citei aqui. Mas isso é um segundo debate. É quando chegar o Plano Diretor. Agora não é o momento. Mas, obrigado, Carlos, super interessante.

Pode falar Edgar.

O SR. EDGAR DIAS – Sou Edgar, da Subprefeitura da Capela do Socorro.

Ricardo, achei muito legal sua iniciativa. Acho que seria interessante também condicioná-la à Vigilância Sanitária, pois poderíamos, nesse contexto, da forma que está, dar uma carta branca a restaurantes e a pessoas que trabalham com alimentação, de funcionarem e, assim, causarem grandes problemas.

Isso é muito importante e, no mínimo, ter o protocolo da Vigilância Sanitária. Quando muito, a licença deles.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Sr. Edgar, se, por acaso colocarmos mais ou menos assim, até porque já tínhamos rascunhado: “Ficaria condicionado ao laudo de habitabilidade, assinado pelo responsável técnico devidamente habilitado no conselho regional competente, o ABCB, a licença da Vigilância Sanitária, ou seu protocolo e o ABCB. Acho que seria um texto mais completo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Para não colocar especificamente a Vigilância, e se colocássemos para que atenda as legislações municipal, estadual e federal acerca das condições de higiene?

O SR. EDGAR DIAS – Perfeito também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fica mais amplo, não fica? Inclusive a acessibilidade.

O SR. EDGAR DIAS – Sim, acessibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Esse PL não vai dispensar conquistas da sociedade como a acessibilidade.

O SR. EDGAR DIAS – E também, quanto ao prazo, hoje, apenas por meio de declarações, a Prefeitura já consegue emitir a licença. É legal essa ideia de, eletronicamente, declarar e anexar documentos escaneados e já obter no mesmo momento a licença.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDGAR DIAS – Mas poderá ser num futuro bem próximo, porque já está bem próximo disso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Edgar, dentro dessa linha que o Carlos falou, em relação a prazo, o que podemos esperar?

O SR. EDGAR DIAS – Sobre isso precisaríamos fazer um estudo, porque ainda estamos com bastante dificuldade de implantar o sistema.

Por exemplo, o Auto de Conclusão. Se hoje a pessoa tiver com tudo em ordem, ela consegue entrar no sistema e imprimir esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Então, você acha que não seria ideal colocar nesse substitutivo o prazo? Porque não podemos engessar.

O SR. EDGAR DIAS – Como estamos abrindo tanto, desvinculando a Licença de Funcionamento do Auto de Conclusão, acho que, para segurança da Prefeitura, só sobre declarações e anexando a Vigilância, o ABCB e o Laudo de Habitabilidade, poderíamos emitir imediatamente a licença.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDGAR DIAS – Logicamente seria para locais que necessitam da Vigilância, como restaurantes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDGAR DIAS – O.k. Mas merece mais um estudo. Talvez na segunda ou terça-feira eu consiga mandar alguma coisa mais concreta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Aproveito para agradecer-lhe em relação ao projeto do Código de Obras, pois foi você que me ajudou bastante. Obrigado, Edgar.

O SR. EDGAR DIAS – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tenho fé que, entre quarta e quinta-feira que vem, vamos votar esse projeto e já em agosto o Sr. Prefeito o sancione.

Alguém mais que se manifestar? (Pausa)

Agradeço a todos a presença e que Deus nos ilumine, nos proteja e nos auxilie para que avancemos rumo a uma Cidade mais justa.

Boa tarde a todos.

Nada mais a ser tratado, declaro encerrada esta audiência pública.
